

OS PROTAGONISTAS DA HISTÓRIA DOS CAMPOS NEUTRAIS

OSVALDO ANDRÉ OLIVEIRA*

RESUMO

O Tratado de Santo Ildefonso (1777), firmado entre portugueses e espanhóis, estabelecia a área territorial que compreende atualmente os municípios de Santa Vitória do Palmar e Chuí como limites de fronteira. Os campos eram ocupados pelos povos indígenas minuanos, charruas e arachanes, antes da chegada do colonizador. A partir de 1828 iniciou-se a segunda doação de sesmarias por portugueses, dando direito de posse às terras “desocupadas”, promovendo a criação de gado e a ocupação dos Campos Neutrais. O processo de colonização desta região também foi constituído por sujeitos que se mantiveram ocultos pela história tradicional: o indígena e o negro. A história existente é baseada em documentos como cartas e inventários. Pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região vêm fornecendo dados que acrescentam importantes informações para a historiografia. Assim, o presente artigo dá ênfase aos registros coletados pelas pesquisas acadêmicas realizadas desde o ano de 2004.

PALAVRAS CHAVE: Campos Neutrais; indígena; negro.

INTRODUÇÃO

Os Campos Neutrais compreendiam o território que atualmente abrange os municípios de Santa Vitória do Palmar e Chuí, no extremo Sul do Brasil, fazendo fronteira com o Uruguai. A região possui um relevo de planície formada por sedimentos marinhos oriundos de eventos ocasionados pelo avanço e recuo do nível do mar, devido ao degelo e congelamento polares durante o período pleistoceno e o holoceno (CORRÊA, 1996). A paisagem é constituída por duas grandes lagoas Mirim e Mangueira, banhados, arroios e córregos.

A geografia da região propiciava um ambiente farto de alimento para a subsistência e reprodução de diversos animais. A flora, típica de áreas alagadiças, contava com diversas espécies e devido à atual base econômica da monocultura do arroz grande parte está em extinção¹.

* Mestrando em Patrimônio Cultural – UFSM. E-mail: andrehermena@yahoo.com.br

¹ O cultivo de arroz também causou o desaparecimento de muitas espécies de animais.

Os sítios históricos e arqueológicos localizados na região (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 2005; 2007; OLIVEIRA, 2009) testemunham eventos da civilização humana que resistiram ao tempo e ao crescimento socioeconômico. Os dados coletados em campo registram a passagem dos indígenas, que ocuparam praticamente todos os locais onde pudessem estabelecer suas famílias em segurança e próximo aos corpos d'água. Os sítios arqueológicos se apresentam na paisagem em três modalidades: em superfície, cerritos e erodidos sobre dunas. Esses locais são identificados pelo acúmulo de material orgânico e de vestígios da cultura material deixados pelos seus ocupantes.

A chegada do colonizador português e espanhol interferiu drasticamente nas culturas indígenas que ocupavam esta planície costeira no extremo Sul do Brasil. Juntamente com o processo de colonização está a presença do negro de origem africana. Os documentos (principalmente inventários) são vagos quanto à cultura e os modos de vida do povo descendente da África. Entretanto, surgem nos inventários com o sobrenome da origem de seu povo e com o valor estabelecido para compra ou venda. Nas pesquisas de campo, através dos vestígios materiais, é possível observar o exaustivo trabalho dos negros sob o comando dos senhores proprietários de terra. Os vestígios ainda podem ser identificados a partir dos valos que serviam de divisa das propriedades denominadas sesmarias; também na construção dos poteiros e na possível participação na construção dos currais de palmas que serviram de encerra para o gado.

As pesquisas realizadas registram importantes informações que permanecem desconhecidas da historiografia – fatos esquecidos e ignorados pela elite colonialista que deu origem à atual sociedade da região.

O INDÍGENA

O Minuano e o Charrua foram sociedades indígenas que assimilaram aspectos de cultura européia, tornando-se um problema para os colonizadores. O domínio não se restringia somente ao cavalo e ao gado, mas ao fato de serem adaptados e conhecedores destes rincões. A boleadeira era uma de suas ferramentas utilizadas para a lida campeira, antes confeccionada pelos seus ancestrais, e foi assimilada pelo colonizador. Também outras características da cultura indígena foram absorvidas e perduram entre a nova sociedade.

A cidade de Castilhos, no Departamento de Rocha – Uruguai, possui em torno de trinta currais de palmas². Em Castilhos está

² Informação oral do Periodista Néstor Rocha da cidade de Castilhos no Uruguai.

localizado o maior viveiro do mundo de palmeiras *Butia capitata*, considerado Patrimônio da Humanidade, protegido pela UNESCO. Essas árvores abundantes serviram de material para a construção das encerras para manuseio dos animais. Esta região do sul do Brasil e norte do Uruguai era desprovida de outros tipos de árvores que possibilitassem tais construções.

O presente trabalho de pesquisa começou em campo, analisando os conjuntos de árvores que ainda sobrevivem ao tempo, no entanto, fornecendo alguns questionamentos quanto a sua função e seus respectivos construtores. O indígena, por sua vez integrado no seu *habitat*, obtém outro meio de sobrevivência: a caça do gado xucro. O cavalo, um dos principais elementos adotados pelo indígena, apesar da apreciação pelo sangue e a carne de potro, tornou-se fundamental para suas atividades pelo pampa. Dessa forma, ninguém melhor do que eles para interpretar este ambiente desconhecido pelo colonizador, este último, possuindo boas relações com os indígenas.

Em outubro de 1750 celebraram-se os batismos dos Índios Minuanos [...] Os batizados, entre adultos e crianças, foram pouco mais de 60. Os Índios Minuanos, com serem os mais valorosos da campanha, eram já em pequeno número, porque os Índios, chamados Tapes, e outros chamados Charruas, em muito maior número, os andavam acabando e destruindo. Eram de gênio e natureza bastante doce e amicíssimos dos Portugueses, de que é suficiente prova não haver notícia que o Minuano roubasse ou matasse português algum [...] (CESAR, 1981, p.143).

No século XVII e XVIII, novas técnicas são implantadas pelos colonizadores no território que abrange os Campos Neutrais. Uma delas é o transplante de árvores naturais e a imigração de outras. Nos rincões, margens de banhados, coxilhas e arroios, foram deixados os vestígios³ do modelo de exploração almejado pelas duas Coroas.

O Minuano e o Charrua têm importante contribuição para o processo de colonização e exploração econômica, entretanto um dos benefícios de que o colonizador dispõe abrevia sua extinção: o cavalo⁴.

Encontramos também o homem do campo denominado *changador*, considerado de grande virtude na lida campeira. É tratado pela historiografia a origem do gaúcho. Possui um caráter violento e solitário. Suas origens são do ventre indígena. Vagava solitário pelos

³ Os currais de palmas e os poteiros construídos de matas nativas e exóticas.

⁴ O indígena ao dominar o cavalo tornou-se mais "livre" ou "bandoleiro", cometendo abigeatos, o que marcou o seu comportamento perante a "nova sociedade" que ocupava suas terras.

pampas acompanhado do laço, boleadeira e do cavalo.

Veio o changador dos toldos indígenas em consequência da miscigenação do índio com o espanhol e o português. Era um “tipo” solitário. Coquimbo para a tribo em cujo seio nascera, pois as suas características fisionômicas faziam-no estranho ao meio. Por outro lado, jamais se incorporara aos brancos porque aprendera, desde o ventre materno, a odiá-los, a enxergá-los como invasores e senhores de escravos. Somente com uma coisa se identificava, que lhe moldara a maneira de ser e de sentir; a maneira de agir e de viver – a terra (AMARAL, 1973, p. 51-52).

Para alguns autores, o changador é considerado abigeatário, mercenário; para outros, como uma figura importante para o desenvolvimento do gado vacum. São os diversos conceitos que empregam para este indígena “meio” branco, que como vestimenta utiliza o couro, e o garrão de potro como calçado.

Uma análise a partir do trabalho de campo e bibliográfico sugere a hipótese de que, ao se estabelecer o Tratado de Santo Ildefonso, esta área não poderia ser habitada nem pelos portugueses, nem pelos espanhóis; só existia um homem “livre” e natural deste pampa, que poderia “habitá-lo”: o Minuano. Desse modo, podemos imaginar o indígena como “instrumento” dos portugueses e dos espanhóis para exploração de uma área que era restrita aos seus interesses econômicos. Além disso, a história tradicional que visa principalmente os heróis ocidentais nos deixa dúvidas quanto ao caráter do indígena.

Segundo Bracco (2004), a desnaturalização dos nativos na prática foi percebida pelos colonizadores como vantagens e inconvenientes. Implicava a deportação de grupos e embora não utilizassem os conceitos e terminologias atuais, procurava maximizar a perda das culturas. No entanto, o extermínio dos grupos indígenas não se passou apenas nas espadas afiadas, armas de fogo e doenças transmitidas pelo colonizador. A interação do indígena na cultura ocidental faz com que perca lentamente suas origens tribais caçadoras e coletoras. Porém podemos considerar outras hipóteses sobre o desaparecimento dos indígenas além dos conflitos e doenças. O próprio autor salienta o interesse dos espanhóis após um ataque a uma tribo, aprisionar as mulheres e os meninos. As mulheres vão compor a mestiçagem e os meninos se integram mais facilmente à nova cultura e os demais sobreviventes, reduzidos, não possuem condições para recompor o grupo. Neste caso, observamos que o emprego das tarefas que os espanhóis e portugueses empenharam em nosso continente foi uma arma poderosíssima para desvincular nações inteiras de indígenas de

seus costumes, separando-os, corrompendo-os até mesmo entre si. Os indígenas que não aceitavam acordos e buscavam sua liberdade, perambulavam formando grupos e agindo em saques às estâncias e pequenas propriedades.

Ainda analisando sua obra percebemos que o autor integra-se na historiografia do século XXI. Neste período surgem novas abordagens e conceitos que possibilitam aos historiadores escrever uma história mais abrangente, ou seja, a história dos indígenas. Dessa forma, Bracco (2004) faz uma análise crítica e da veracidade das mesmas:

Las fuentes disponibles son muy contradictorias cuando se refieren a las sociedades indígenas y resultan especialmente escasas durante los períodos de paz. Siguiendo a la documentación, se han utilizado conceptos como nación a los que las fuentes asignaron significados muy diversos y generalmente diferentes a los actuales. Se han utilizado con mucha frecuencia palabras como “infiel”, a pesar de su carácter etnocéntrico, tanto porque fueron permanentemente usadas en las fuentes como porque definen con precisión a los indígenas en los que este estudio está centrado, ya que el término “indígena” excede a éstos y el de nómadas también es aplicable a los gaúchos. [...] Las aclaraciones previas no dispersan de una lectura crítica, ya que el lenguaje no es neutral. Corresponde al lector discernir el alcance relativo que tienen muchas expresiones como “robo”, “decadencia” o “nuevo mundo”, que conllevan determinada perspectiva intelectual y/o juicios de valor (BRACCO, 2004, p. 10-11).

O indígena em momento algum poderia ser dono de uma propriedade que pudesse explorar com a pecuária. Isso já fazia parte do processo de colonização. O Minuano e o Charrua dominam o gado e conhecem o ambiente, de modo que podem exercer tarefas ganadeiras superiores às dos colonizadores. O colonizador, neste período, é um homem desbravador, escravista e em busca de enriquecimento, não vai de maneira alguma ceder à ocupação constituída, muito menos à exploração assimilada pelo nativo nos Campos Neutrais.

Em relação ao período de ocupação pelo colonizador, provavelmente os grupos indígenas que habitavam estes campos migraram ou foram expulsos. No entanto, no que diz respeito aos Campos Neutrais no extremo Sul do Brasil, a ocidentalização se concretizou, pois houve um extermínio das culturas indígenas. Entre as poucas informações documentais específicas sobre os indígenas desta região, Mirco (1987) destaca os 60 minuanos batizados na fortaleza de Jesus-Maria-José, fundada por Silva Paes (1737) no Rio Grande. Segundo fontes, eram “amicíssimos dos portugueses” propiciando uma reflexão quanto ao destino desse grupo.

OS PRIMEIROS COLONIZADORES

Os vestígios deixados pelos primeiros colonizadores que habitaram a região dos Campos Neutrais, com desígnio de desenvolver a pecuária como sua base econômica, indica a ação pela conquista de um lote de terras. Os primeiros beneficiados (1739-1758) mais interessados pelas autoridades administrativas privilegiam os militares, pois, além de criadores, serviriam de guardiões da fronteira. A documentação mostra claramente que conforme Amaral “as terras seriam doadas a pessoas em condições de explorar”, permanecendo oculto o indígena.

Três tipos de povoadores se apresentaram, classificados segundo o local de onde provinham. Em primeiro lugar, os foragidos da Colônia do Sacramento – militares e civis; outros procedentes do norte – aventureiros em busca de fortuna; finalmente, muitas glebas eram entregues a militares servindo nas guardas e fortes, ficando, assim, na dupla função de soldados e criadores, o que não constituía novidade, na época (AMARAL, 1973, p. 130).

Interpretar esta manifestação cultural através de conceitos que se referem diretamente a adaptação e ambiente, os quais, atribuídos às ações humanas promovem uma leitura mais instigante ao contextualizar a “ocupação”. Dessa maneira, recorremos a conceitos da Geografia Cultural que tem sua contribuição para dar inteligibilidade à ação humana sobre a superfície terrestre.

Nesses caminhos podem ser considerados tanto a dimensão material da cultura como a sua dimensão não-material, tanto o presente como o passado, tanto objetos e ações em escala global como regional e local, tanto aspectos concebidos como vivenciados, tanto espontâneos como planejados, tanto aspectos objetivos como intersubjetivos. O que nos une em torno da geografia cultural é que esses aspectos são vistos em termos de significados e como parte integrante da espacialidade humana (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003, p. 13).

O processo de ocupação dos Campos Neutrais foi disputado por duas culturas, uma européia e outra indígena, sendo que a primeira é a autora dos acontecimentos. Bracco (2004) diz que a documentação encontrada como fonte para a construção é escassa e deixa lacunas, um silêncio enorme entre os fatos e o mundo dos vencidos.

O Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, estabelece os Campos Neutrais, com a finalidade de fazer limites, ou seja, um espaço a ser

respeitado pelas duas Coroas. A economia do Rio Grande do Sul no século XIX era baseada na extração do couro e do charque que possuía duas rotas de destino, os portos de Montevidéu e Rio Grande. Nesse contexto, o abigeato e o contrabando eram imensos; estâncias são saqueadas onde mais tarde faz com que os governos apressem as leis para opressão ao tráfico.

Transladando-se a Montevidéu, em missão do governo provisório da República, com honras de Ministro plenipotenciário, Ramiro Barcelos concertou com os uruguaios um tratado aduaneiro (1890), cuja principal finalidade era justamente cercear os malefícios do contrabando (CESAR, 1978, p. 88).

O colonizador ocupa os Campos Neutrais com objetivo de defender a fronteira, conseqüentemente a exploração do gado, tornando-se o senhor destas terras. A Igreja, fazendo parte desse processo, catequizava e pregava o bem comum àqueles que se convertessem ao cristianismo.

Desde antes da fundação da Colônia de Sacramento os comerciantes de nações inimigas patrocinavam a caça ao gado xucro para exploração do couro e do sebo, interpretado por alguns autores como início das primeiras indústrias de *courambre*. No entanto, essas atividades induziram ao contrabando, devido ao alto valor comercial que possuía o couro. Assim, com relação aos figurantes dessas atividades ilícitas, encontramos:

Desde o seu assentamento na área, os lusos mantiveram relações comerciais com as povoações indígenas da região – charruas e minuano – que, em troca de utensílios, como facas, lenços e outros artigos, ofereciam cavalos e couros. Devido a isso, durante todo o século XVIII, milhares de couros procedentes de matanças clandestinas, realizadas em grande parte por estes nativos, saíram anualmente pelos portos brasileiros com destino a Portugal (GUTFREIND; REICHEL, 1996, p. 71).

As populações indígenas, Charrua, Minuano, Archanes, Yaros e outros, principalmente o Minuano⁵, foram severamente castigadas pela colonização em seu meio natural. Desse modo, também havia pessoas “brancas” disputando um espaço nestas terras, e algumas vezes expulsas por influentes do poder. Este personagem que tentou radicar-se nos Campos Neutrais surge nos relatos do diário de Saint-Hilaire:

⁵ Os Minuano e Charrua são os primeiros habitantes encontrados nestas terras pelos primeiros descobridores europeus.

Logo que os portugueses se tornaram senhores absolutos da região, seu filho, José Bernardes, reclamou do Marquês do Alegrete a terra que este ocupava e que nunca tinha sido doada a ninguém: seu protesto despertou no secretário particular do Marquês a idéia de apossar-se desse terreno, e o pobre José Bernardes viu-se, em breve, obrigado a abandonar sua casa, “após o dia em que perdi minha mãe”, dizia-me ele, “não houve para mim outro mais triste que aquele em que deixei a choupana onde nasci” (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 105).

As primeiras sesmarias foram doadas a chefes militares, aventureiros e pessoas que exerciam cargos administrativos, procedentes de outras regiões do Brasil, e que tinham interesse em trabalhar na Campanha,

Sentiram os comandantes militares da fronteira extremo-meridional do Rio Grande de São Pedro que, para manter o terreno livre do inimigo, não bastava somente a cobertura das guardas avançadas, localizadas em todo o prolongamento da região compreendida entre o mar e a lagoa Mirim. Fazia-se necessária a sua pronta povoação através de pessoas em condições de explorar os campos, de excelentes pastagem e próprios para a lavoura. Ainda mais com o fácil ingresso de gado proveniente da Banda Oriental. As terras distribuídas faziam-se por “título legal”, concedido pelo governo (AMARAL, 1973, p. 129-130).

O NEGRO

Bernd e Bakos (1991, p. 73) apontam que a vinda de escravos africanos para esta região foi no ano de 1884 e, ainda destacam que contém o número de 707 pessoas. A presença dos escravos nos Campos Neutrais inicia-se ao período das primeiras ocupações, na construção dos valos, poteiros, mangueiras, moradias etc. Outros escravos, em pequena parcela, podem ter surgido nestes campos causados por fugas durante a Revolução Farroupilha ou das Charqueadas. As fugas geralmente eram para o Sul (Uruguai), no entanto, com passagem pelos Campos Neutrais. Sobre estas fugas:

Em nosso Arquivo Histórico, temos, também, uma significativa correspondência dos delegados de polícia sobre escravos fugidos. Temos diversos levantamentos municipais (1848-1849) ordenados pelo presidente da Província que se referem, em grande parte, aos escravos escapulidos durante a Revolução Farroupilha. Efetivamente, nesse evento (1835-1845), entre “farroupilhas” e “legalistas”, os escravos parecem ter optado por suas pernas (MAESTRI, 1984, p. 120-121).

A partir dos primeiros donatários dos Campos Neutrais (1739-1758) que foram expulsos pela ocupação de Ceballos (1763), não obtemos registros do número de escravos que poderiam ter ingressado junto com os colonizadores. A segunda ocupação, através do Tratado de Badajós (1803), é um período a respeito do qual surgem mais documentos⁶ revelando a presença do trabalho escravo.

A ocupação dos sesmeiros em seu lote implicava estruturar o local para sua habitação e aos fins de exploração. A primeira destas tarefas, em que haveria maior necessidade de trabalhadores, era a construção dos valos demarcando os territórios. A segunda tarefa pode estar na construção das mangueiras, então, construídas próximas aos arroios, banhados ou lagoas, para encerra e manuseio do gado. A terceira tarefa estaria na lida campeira, neste caso, imaginamos pouca função do negro, já que nestas paragens encontramos um “outro” bem mais adaptado às respectivas tarefas: o Minuano.

Nos Campos Neutrais, os escravos estavam ligados a tarefas nas estâncias, apesar de haver poucas informações sobre suas atividades. Em outras regiões tiveram participação como tropeiros. Os vestígios nas matas encontradas nos Campos Neutrais revelam três modalidades de estruturas de povoação e exploração: os currais de palmas, as matas nativas e os valos. As análises desses vestígios se relacionam com o trabalho escravo, mas os minuanos e charruas não poderiam estar entre eles?

Os valos são elevações escavadas no solo de 2 a 3 metros de largura por 1 a 1,5 metros de altura, em cuja superfície plantavam árvores com a finalidade para divisas ou trincheiras. A oralidade na região atribui a construção dos valos ao negro, pois se tratava de uma construção de grandes extensões e exigia muita resistência física. Os currais de palmas indicam uma das primeiras construções relacionadas à lida campeira. Desse modo, imaginar que a falta de outro tipo de árvore que fosse adequada à construção de um curral, levou estes homens a transplantar a palmeira *Butia capitata*, esta construção de curral estaria diretamente associada ao indígena. Os poteiros construídos com árvores e os valos seriam mais recentes, neste caso implica uma área fixa de manuseio com o gado, partindo também do período relativo à exploração das charqueadas.

A historiografia em relação aos primeiros escravos negros no Rio Grande do Sul nos mostra ausência do negro nas tropeadas e no ciclo do gado denominado por alguns de “courama”. Essas tarefas

⁶ Os documentos são geralmente Inventários.

estariam ligadas ao homem livre.

Nos primeiros planos da ocupação do Sul, o soldado, o comerciante, o “gaudério” e, mais tarde, o açorita. Sobre estes voltam-se todas as luzes de nossa historiografia; porém, se os desfocalizarmos, suas imagens se embaralham e, por de trás de seus nomes ilustres, vislumbraremos o trabalhador de pele negra, carregando fardos, preparando alimentos, construindo as primeiras igrejas, habitações, tornando, enfim, vivível a vida do senhor.[...] Quem se volta para os documentos, encontra o traço do “negro” já nos primeiros anos; quem se detém nos quartéis, na atividade econômica específica, nas “vacarias”, encontra o homem livre, seja o lusitano, o mestiço ou o indígena aculturado (MAESTRI, 1984, p. 34-35).

A ocupação dos Campos Neutrais realmente está balizada nos interesses imperiais lusitanos de expansão territorial e ao mesmo tempo, em recompensar os “bravos” militares que defenderam o território rio-grandense. Seus nomes estão em cartas e documentos, enfocando suas conquistas, como grandes estancieiros, donos de gado e de escravos. Quem são os africanos que viveram na América? Os negros, quando libertos, que oportunidades tiveram, ou seja, será que realmente alcançaram a liberdade? Segundo Sônego (2007), em Alegrete não aconteceu isso. Dessa forma, o negro não se dedica somente às atividades campeiras, ficando atrelado à área urbana ao trabalho doméstico das estâncias.

Os vestígios nos Campos Neutrais apresentam três fases da colonização: o momento da exploração somente de couro (vacarias), a instalação dos primeiros donatários de terras e posteriormente uma exploração intensiva do gado (extração do couro, cabelo, sebo e o charque). Nesta última atividade percebemos a necessidade de um contingente maior de mão-de-obra, enquadrando-se o escravo. Desse modo, a contribuição do escravo africano foi fundamental para o desenvolvimento econômico nos Campos Neutrais e para a ambição e o enriquecimento dos senhores “donos desta terra”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, sobre os protagonistas que participaram da história dos Campos Neutrais as pesquisas revelam a importância do trabalho de campo, sendo principal ferramenta para obter novas interpretações. O processo histórico da colonização nos Campos Neutrais é escasso de informações e atualmente o emprego de métodos arqueológicos proporciona dados excepcionais que podem ser analisados e

comparados à documentação existente.

A dinâmica dos sujeitos que habitaram os Campos Neutrais deixou rastros de grande importância e pouco preservados. Os vestígios, grande parte, se encontram em áreas que servem para o plantio do arroz. Essa produção exige técnicas que comprometem o Patrimônio Cultural. Entretanto, percebemos que as pesquisas de campo, ao mesmo tempo empregando trabalho de educação patrimonial, têm contribuído para preservar importantes sítios históricos e arqueológicos.

Entretanto, os vestígios culturais encontrados na paisagem eram identificados por muito proprietários e pessoas que trabalham no interior dos municípios como naturais, ou seja, não eram vistos como construção humana no espaço.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. F. *Os Campos Neutrais*. Porto Alegre: GRAFISILK, 1973.

BARRIOS PINTOS, A. *De las vaquerías al alambrado: contribución a la historia rural uruguaya*. Montevideo: Nuevo Mundo, 1967.

BECKER, Í. I. B. El índio y la colonización: Charrúas y Minuanos. *Pesquisas Antropologia*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS, n. 37, 1982.

BERND, Z.; BAKOS, M. M. *O negro: consciência e trabalho*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.

BRACCO, D. *Charruas, Guenoas y Guaraníes: interacción y destrucción: indígenas en el Río de la Plata*. Montevideo: Linardi y Risso, 2004.

CESAR, G. *O contrabando no Sul do Brasil*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978.

CESAR, G. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul: estudo de fontes primárias da história rio-grandense acompanhado de vários textos*. 2. ed. Porto Alegre: EDURGS, 1981.

CORRÊA, F. C. *Caracterização ambiental do município de Santa Vitória do Palmar, Planície Costeira do Rio Grande do Sul*. 1996. 72 f. Trabalho de conclusão de curso [Graduação em Oceanologia] – Universidade Federal do Rio Grande, 1996.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Geografia cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda*. Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 9-18.

GUTFREIND, I.; REICHEL, H. J. *Subsídios históricos para a formação da região platina. As raízes históricas do Mercosul: a Região Platina Colonial*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1996. p. 62-74 e 78 a 80.

MAESTRI FILHO, M. M. *O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

MIRCO, C. H. Braz. *Textos para o Estudo da História para o Município do Rio Grande XVI – XVIII*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1987. Edição Comemorativa aos 250 anos do Município de Rio Grande.

- OLIVEIRA, O. A. O inventário do Comendador José Brum da Silveira. *Biblos*: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História. Rio Grande: Ed. da FURG, v. 22, n. 1, p. 131-14, 2008.
- OLIVEIRA, O. A.; TAGLIANI, C. R. A. O patrimônio arqueológico no Extremo Sul do Brasil: importância, impacto e alternativas para preservação. In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12. *Anais...* Montevideo, 2009. p. 1-9.
- OLIVEIRA, O. A.; TEIXEIRA, C. A. R. Os currais de palmas em Santa Vitória do Palmar, RS, Brasil. *Biblos*: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História. Rio Grande: Ed. da FURG, v. 19, p. 61-73, 2006.
- OLIVEIRA, O. A.; TEIXEIRA, C. A. R. Curral de palmas nos Campos Neutrais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA: Arqueologia, Patrimônio e Turismo, 13. *Anais...* Campo Grande: Ed. Oeste, 2005.
- OLIVEIRA, O. A.; TEIXEIRA, C. A. R. Sítios arqueológicos no município do Chuí, RS, Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA: Arqueologia, Patrimônio e Turismo, 13. *Anais...* Campo Grande: Ed. Oeste, 2005.
- OLIVEIRA, O. A.; TEIXEIRA, C. A. R. Levantamentos arqueológicos no município de Santa Vitória do Palmar, RS, Brasil. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA, 11. *Resumos...* Salto, Uruguai, 2005.
- SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ERUS, 1987.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SCHIMITZ, P. I. et al. Os aterros nos campos do sul: a Tradição Vieira. In: KERN, A. A. (Org.). *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991. p. 221-250.
- SÔNEGO, M. J. F. Cartas de Alforria em Alegrete (1832-1847). *Biblos*: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História, Rio Grande: Ed. da FURG, v. 22, n. 1, p. 143-154, 2008.